

O Congresso (ainda) na berlinda

Luiz Orlando Carneiro

O deputado e candidato ao Palácio do Planalto, Luís Inácio Lula da Silva, acusou o presidente Sarney de ter agido como um "moleção" ao enviar ao Congresso o projeto de lei limitando a remuneração dos servidores civis e militares federais. O presidente da Câmara, Paes de Andrade, tachou-o de inconstitucional. A maioria dos parlamentares deixou Brasília neste recesso falando do projeto, que, na prática, reduz seus salários, como uma revanche à derrubada da política salarial do governo e da medida provisória que desvinculava do salário mínimo as pensões e aposentadorias.



Mas os dois ministros que assinaram em primeiro lugar a exposição de motivos do polêmico projeto de lei, Oscar Dias Corrêa e Henrique Sabóia, garantem que a matéria obtivera o consenso de todo o ministério há cerca de dois meses. E que é apenas um dos vários projetos em que o Executivo está trabalhando, com o objetivo de ajudar o Congresso a discutir e votar as matérias carentes de complementação legal, a fim de que a nova Constituição fique "amarrada".

Um ministro de Estado comentava que o projeto nivelando a remuneração dos parlamentares à dos ministros é "difícil de ser aprovado, mas também difícil de não ser aprovado". Os deputados e senadores estão numa sinuca. Seria por demais desgastante repelir, voltando das férias, um projeto de lei objetivando dar cumprimento a dispositivo constitucional que prevê a fixação do limite máximo e da relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados como limites máximos as remunerações dos membros do Congresso, dos ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal.

Basicamente, o governo propõe que os integrantes das cúpulas dos três Poderes recebam remuneração igual, excluídos salários-família, diárias, auxílio de transporte e de moradia, adicional por tempo de serviço e outras vantagens. Ou seja, o Congresso Nacional continuaria com a competência exclusiva de "fixar idêntica remuneração para os deputados federais e senadores, em cada legislatura" e de fixar a remuneração do presidente, do vice-presidente da República e dos ministros de Estado, só que igualando todas essas remunerações.

Se não vai ser fácil para o Congresso rejeitar um projeto de lei que envolve o interesse pessoal de cada

parlamentar, mais difícil ainda será manter em esforço concentrado, em agosto e setembro, deputados e senadores que não conseguiram na primeira parte da atual sessão legislativa discutir e aprovar nenhuma matéria complementar à Constituição, com exceção da lei de greve. Executivo e Legislativo jogaram, nos últimos quatro meses, um pingue-pongue em torno de medidas provisórias, não tendo havido um debate sério e produtivo da legislação necessária para complementar a nova Carta.

Na verdade, a Câmara encerrou seus trabalhos do primeiro semestre sem ter chegado a aprovar o novo Regimento Interno, e nem deu bola para o preceito constitucional segundo o qual durante o recesso "haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional", eleita pelas duas Casas, e com composição reproduzindo, na medida do possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Quanto ao Executivo, da mesma forma que enviou ao Congresso o polêmico projeto de lei destinado a pôr em prática os artigos 37 e 39 da Constituição, pretende continuar tomando a iniciativa de outras leis ordinárias e complementares. A secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativos do Ministério da Justiça aprontou um levantamento completo das leis federais que a Constituição expressamente determina sejam elaboradas, além das matérias que devem ser reguladas em lei federal, apesar de não ter a Constituição declaradamente estabelecido sua necessidade.

O levantamento do Ministério da Justiça mostra que, para a Constituição ficar "amarrada", faltam ainda 45 leis complementares e 272 ordinárias — trabalho que, evidentemente, não é para uma só legislatura.

O Congresso está assim na obrigação de fazer uma pauta seletiva para, em agosto e setembro, não só apreciar os projetos do Executivo, como também os projetos concebidos e a conceber na Câmara e no Senado. Entre outros pontos relevantes, anotam-se os seguintes: procedimento para desapropriação por utilidade pública ou interesse social; definição da pequena propriedade rural; proteção contra a despedida arbitrária na relação de emprego; definição dos casos de inelegibilidade; estabelecimento do número de deputados, proporcionalmente à população; organização e funcionamento dos Conselhos da República e de Defesa Nacional; impostos sobre grandes fortunas; tratamento dos investimentos de capital estrangeiro, incentivo desses investimentos, além da remessa de lucros.